Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG

Pouso Alegre, 08 de abril de 2022.

PARECER JURÍDICO

Autoria – Executivo

Nos termos do artigo 79 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, passam-se a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 1.305/2022**, de **autoria do Chefe do Executivo** que **“Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos servidores membros de Comissão de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo, Processo Administrativo Disciplinar, Processo Administrativo Sancionatório, Processo Administrativo de Responsabilização e Tomada de Contas.”**

O Projeto de Lei em análise, em seu *artigo primeiro (1º)*, determina que fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação sobre os vencimentos dos servidores membros de Comissões de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo, Processo Administrativo Disciplinar, Processo Administrativo Sancionatório, Processo Administrativo de Responsabilização e Tomada de Contas.

O *artigo segundo (2º)* aduz que a Sindicância Administrativa é regida pela Lei Ordinária nº 1.042/1971, Processo Administrativo é regido pela Lei Federal nº 9.784/1999, Processo Administrativo Disciplinar é regido pela Lei Ordinária nº 1.042/1971, Processo Administrativo Sancionatório é regido pela Lei Federal nº

8.666/1993, Processo Administrativo de Responsabilização é regido pela Lei Federal nº 12.846/1993 e a Tomada de Contas é regida pela Lei Federal nº 13.019/2014.

O **artigo terceiro (3º)** estipula que o pagamento de gratificação regulamentado nesta Lei, aos membros que atuarem em Processo Administrativo regido pela Lei Federal nº 9.784/1999, limita-se aos procedimentos que destoam das atividades rotineiras e respeitem o rito próprio de requisitos como (Instauração de Portaria, com a nomeação de comissão composta com 03 membros, instrução processual, relatório final e termo de remessa para Decisão da Autoridade Instauradora).

O **artigo quarto (4º)** afirma que o Suplente fará jus à gratificação quando este for substituir o membro nomeado e atuar de fato nos procedimentos.

O **artigo quinto (5º)** Também fará jus ao pagamento desta gratificação, o Secretário *ad hoc*, devidamente nomeado.

§1º O servidor deverá solicitar esta gratificação após o término dos trabalhos com a remessa dos autos à autoridade instauradora para proferir a Decisão Administrativa.

§2º É permitido ao servidor receber pela participação em um ou mais procedimentos administrativos.

§3º Os membros terão direito ao pagamento de gratificação por cada processo finalizado, o valor de R\$600,00 (seiscentos reais).

I - Não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, bem como sobre ele não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária.

II - Não será computado para efeito de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário e férias.

O **artigo sexto (6º)** ressalta que as despesas da aplicação desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município de Pouso Alegre.

O **artigo sétimo (7º)** que revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

FORMA

A matéria veiculada deve ser proposta em forma de Projeto de Lei conforme art. 251 do Regimento Interno.

Art. 251. Os Projetos de Lei Ordinária são proposições que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

INICIATIVA

A iniciativa para propor Projeto de Lei Ordinária está regulada no art. 44 da Lei Orgânica do Município c/c art. 242 do Regimento Interno:

Art. 44. A iniciativa de lei cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos eleitores, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

COMPETÊNCIA

A iniciativa para a propositura é do Prefeito, pois cabe a ele privativamente administrar os cargos do Executivo e as respectivas remunerações, segundo art. 45, inciso I, c/c art. 69, incisos II, III e XIII, veja:

Art. 45. São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:

I - a criação, transformação e extinção de cargo e função pública do Poder Executivo, autarquias e fundação pública, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentarias;

Art. 69. Compete ao Prefeito:

II - exercer, com o auxílio dos auxiliares diretos, a direção superior do Poder Executivo;

III - prover os cargos de funções públicas do Poder Executivo;

XIII - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

A competência do Município reside no direito subjetivo público de tomar toda e qualquer providência, em assunto de interesse local, isto é, em assuntos de seu peculiar interesse, legislando, administrando, tributando, fiscalizando, sempre nos limites ou parâmetros fixados pela Constituição da República e também pela Constituição Estadual.

DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

Em uma análise de similaridade temos o que salienta o Dr. Sidnei Di Bacco, sobre o pagamento de gratificação a servidor instituído em cargos de chefia:

“A função de confiança, também de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, representa um acréscimo salarial na forma de “gratificação” pago ao servidor efetivo que exerce atribuição de direção, chefia ou assessoramento. A gratificação pode ser em valor pecuniário ou na forma de percentual incidente sobre o vencimento do cargo efetivo. A função de confiança deve ser instituída quando não se justificar a criação do cargo comissionado.”

Assim, como no exercício de uma função de chefia, também é possível o pagamento de gratificação ao servidor que integra comissão de sindicância, destarte, imprescindível levar em consideração que as vantagens pecuniárias sempre pressupõem a ocorrência de um *“suporte fático específico para gerar o direito a sua percepção”*. (Carvalho Filho, 2016), no caso em análise integrar comissão de sindicância.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

Ao cumprimentar Vossas Excelências, na oportunidade, submetemos para análise e deliberação dessa Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que “**Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos servidores membros de Comissão de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo, Processo Administrativo Disciplinar, Processo Administrativo Sancionatório, Processo Administrativo de Responsabilização e Tomada de Contas.**”.

O pagamento da referida gratificação se destina aos servidores incumbidos de atuarem nos procedimentos administrativos envolvendo apuração de conduta de servidores e empregados públicos, bem como nos procedimentos que englobam empresas contratantes com o município e com parcerias firmadas dentro do âmbito da Administração Pública Municipal, encargo este que os servidores desempenham além de sua rotina normal de trabalho.

Com essa finalidade é que propõe o presente Projeto de Lei, a fim de gratificar o servidor que desempenha o árduo encargo de apurar a reponsabilidade funcional de seus próprios colegas e propor a punição aplicável, e de instaurar procedimentos visando apurar as irregularidades, em tese, cometidas pelas empresas contratadas e com parcerias firmadas com a Administração e todos os seus envolvidos.

Ressalta-se que não somente penalidades são recomendadas pelas comissões, mas também, sugestões de melhorias nos expedientes objetivando a criação de mecanismos de controle, detecção e prevenção de fraudes.

Tal atividade exige conhecimento técnico, imparcialidade, reuniões, estudo, o que demanda dedicação e tempo dos servidores que compõem as comissões processantes, justo, dando-lhes oportunidade de serem gratificados por desempenhar o trabalho tão importante e de recíproco interesse do serviço e do servidor, visando também à transparência dos atos da Administração.

Face ao exposto, entendendo pertinente e justificada à medida que ora se propõe, encarecemos aos Senhores Vereadores a sua aprovação.

DOS REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI Nº 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que, em obediência ao disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, **o Poder Executivo apresentou declaração de que há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido Projeto a Lei de Responsabilidade Fiscal - (PPA, LOA e LDO) e estimativa de impacto orçamentário financeiro.**

Isto posto, S.M.J., não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei, vez que está em conformidade tanto com a iniciativa da Mesa Diretora, como com a competência Municipal e desta Egrégia Casa de Leis.

Insta registrar que este parecer refere-se exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

QUORUM

Oportuno esclarecer que, para a sua aprovação é exigido quorum de **maioria simples**, nos termos do art. 53 da L.O.M. c/c art. 56, inciso III, do R.I.C.M.P.A.

DA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL

No presente projeto em apreço, consta erro material na enumeração dos artigos, no que tange a sequência onde o “artigo 5º” é utilizado duas vezes. Dessa forma, o projeto ficou com 6 (seis) artigos, quando o correto são 7 (sete). Assim, recomenda-se que a Comissão de Justiça e Redação desta Casa proceda com as devidas correções.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do **Projeto de Lei 1.305/2022**, para ser submetido à análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária, salientando-se que o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

Rodrigo Moraes Pereira
OAB/MG nº 114.586